

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Muito além de Júnior Mano

As avaliações que chegaram à cúpula do Congresso é que a Casa não está livre de ver novos casos de busca e apreensão semelhantes ao que ocorreu esta semana no gabinete de Júnior Mano. Há uma gama de investigações sem curso sobre o que foi feito das emendas parlamentares.

Salvas pela bancada

Antes de se filiar ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), o deputado Júnior Mano (CE) fez de tudo para tentar virar presidente do União Brasil em seu estado. Chegou a ter uma conversa séria nesse sentido com o presidente do partido, Antonio Rueda. A bancada não deixou e ele abalou para o PSB, onde se tornou vice-presidente.

Prazo dado

Parlamentares alegaram que o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), vai esperar o projeto do governo de corte de incentivos fiscais até 2 de agosto. Caso contrário, a Casa vai tocar o projeto do deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) — que prevê corte escalonado de até 10%, em dois anos.

Descolado do governo

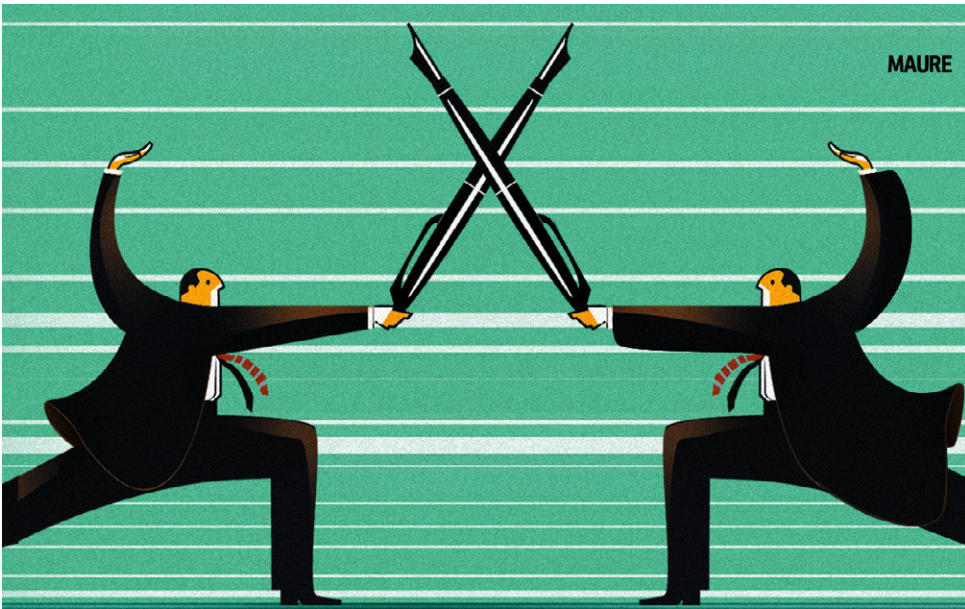
Os governantes estão cada vez mais inconformados com as posições do presidente do Banco Central do Brasil (Bacen), Gabriel Galípolo. Ontem, por exemplo, afirmou em almoço na Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) que, enquanto a inflação não atingir a meta de 3%, a instituição continuará elevando os juros. Segundo Galípolo, é uma forma de fortalecer o BC como instituição independente.

Conciliação sob risco

Muitos deputados acreditam que vai resultar em mais confusão com o governo, se o deputado federal Arthur Lira (PP-AL) ir em frente com a ideia de juntar partes da Medida Provisória do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) à proposta de isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil. A avaliação de muitos é a de que não será possível colocar tudo dentro do mesmo projeto. Há quem diga, inclusive, que os assuntos não podem ser misturados, porque são tributos de natureza diferente, nesse sentido, tem muita gente na Casa suspeitando que a intenção da união das propostas é para isentar dividendos. Um imbróglio desses é tudo o que o Executivo não pediu, especialmente, às vésperas da

audiência de conciliação que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes marcou para tentar resolver o debate do IOF. A sugestão de levar a parte das letras de crédito da Medida Provisória do governo para o IR é uma forma de “confrontar” o Planalto.

Nem tudo está perdido/ Lira tem defendido a redução da alíquota de tributação dos super-ricos de 10% para 9% ou 8%, a fim de “manter a neutralidade fiscal”. Assim, avaliamos os deputados, aumentando as chances de aprovação do texto. Muitos políticos acreditam que o governo sugeriu 10% com uma gordura de corte para garantir a aprovação da matéria.



MAURE

CURTIDAS

Marcos Henrique/CB/D.A Press



Lula ligou/ Um dos novos presidentes regionais do PT que o presidente Lula fez questão de telefonar para cumprimentar foi o do Distrito Federal, Guilherme Sigmaringa Seixas. Filho do ex-deputado Sigmaringa Seixas, o novo dirigente do PT-DF é Lula “desde criancinha”. Na primeira eleição presidencial, 1989, quando ele tinha quatro anos, falou para quem queria ouvir: “Papai, vota no Lula”. Mas Sigmaringa Seixas, à época presidente local do PSDB, votou no tucano Mário Covas.

Por falar em PT.../ O deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB) ao chegar na sessão do Conselho de Ética da Câmara, falou em voz alta: “Já pode votar presidente? Só não me peça para votar no PT”, disse rindo antes de registrar o voto para eleger o segundo vice-presidente da mesa.

Laços mais estreitos/ A visita de estado do primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, ao Brasil marca uma nova etapa nas relações entre os dois países e já renderá frutos. Em agosto, por exemplo, uma missão de empresários comandada pelo grupo Líderes Empresariais (Lide) segue para Mumbai, para o Lide Brasil Índia Fórum 2025. É um caminho para ampliar o fluxo comercial entre os dois países, atualmente, na casa de US\$ 12 bilhões.

Sobre o que/ O fato do líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), ter dito que acionaria a Polícia Federal para investigar uma viagem de parlamentares conservadores aos Estados Unidos, deu mais trabalho ao Conselho de Ética da Casa. Na verdade, qualquer ação por lá será em vão. À coluna, Lindbergh afirmou ter dito que iria à PF, mas não o fez. Neste caso, a representação contra ele no colegiado é “sobre nada”.

LIVRO

Nos bastidores do 8 de janeiro

Interventor à época do ataque golpista, Ricardo Cappelli lança obra sobre o evento histórico e a trama criminosa

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

"Fatídico, intenso e histórico". Essas foram as palavras usadas pelo ex-interventor na Segurança Pública do Distrito Federal, Ricardo Cappelli, para descrever o dia 8 de janeiro de 2023 — marcado pelos ataques violentos que culminaram na depredação dos prédios dos três Poderes. Ele ficou 23 dias na função, que resultou no livro *O 8 de Janeiro que o Brasil Não Viu*, lançado ontem à noite, na livraria Travessa, no shopping Casa Park, em Brasília, com a presença de autoridades.

Produzido pela editora Intrínseca, a obra, segundo o autor, oferece relatos “inéditos e contundentes” dos acontecimentos que se seguiram aos ataques do 8 de Janeiro. Para Cappelli, as páginas não entregam apenas uma “narrativa”, mas, sim, “fatos objetivos como testemunha presente da história”.

De acordo com Cappelli, a motivação para escrever a obra foi o ímpeto de registrar a história para que fatos como esses jamais se repitam. “Eu conto como as questões se deram no dia 8 (de janeiro), como as decisões foram tomadas, e os diálogos do dia 8, do dia 9, daquela

primeira semana que foi decisiva para a democracia brasileira e também dos 23 dias da inédita intervenção federal na segurança pública da capital federal”, destacou o ex-interventor.

Ricardo Capelli também protestou contra parlamentares que endossam anistia aos envolvidos nas invasões do 8 de janeiro. “Toda vez que se fala de anistia, eu lembro aqui de pessoas que trabalharam para debelar aquela crise. Isso é um desrespeito com quem trabalhou e é um desrespeito, uma tentativa de rasgar a história”, disse.

Ele reforçou a gravidade dos acontecimentos, afirmando que “o que aconteceu não foi um passeio no parque. Quem tá dizendo isso não é o Capell, tá no livro. Eu tenho relato de policiais militares [que dizem] que tinham militares ou paramilitares infiltrados entre os manifestantes que tinham homens profissionais treinados para atacar os prédios e tentar desestabilizar a democracia brasileira. O que aconteceu é gravíssimo”, sintetizou.

Autoridades

O lançamento contou com a

Carlos Vieira/CB/D.A.Press



participação do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), além de autoridades, políticos e ministros do governo do presidente Lula. O ministro da Defesa, José Múcio, disse, em tom de brincadeira, “torcer” para “não sair o volume dois” da obra. “Esse dia deve ser enterrado”, completou.

A obra, na avaliação do chefe da pasta, terá papel pedagógico. “Tudo aquilo que serve para você aprender, para tirar experiência, para conhecer pessoas, é uma coisa importante”, pontuou. “As Forças Armadas tiveram um papel definitivo naquele dia 8 de janeiro porque a instituição não participou

daquilo. Quem participou foram pessoas com os seus respectivos CPFs. Torço muito para que os culpados sejam verdadeiramente punidos”, concluiu.

Em 8 de janeiro de 2023, extremistas invadiram e depredaram os prédios da Praça dos Três Poderes, por não aceitarem a derrota



Toda vez que se fala de anistia, eu lembro aqui de pessoas que trabalharam para debelar aquela crise. Isso é um desrespeito com quem trabalhou e é um desrespeito, uma tentativa de rasgar a história

Ricardo Cappelli,
ex-interventor do DF

do ex-presidente Jair Bolsonaro nas urnas. Diante da situação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decretou intervenção federal para assumir a segurança do DF. O governador Ibaneis Rocha foi afastado do cargo e Anderson Torres, que respondia pela segurança pública da capital, foi preso.

JUSTIÇA

Hacker de Zambelli pede semiaberto

A defesa de Walter Delgatti Neto, que foi condenado por auxiliar a deputada federal licenciada Carla Zambelli (PL-SP) a invadir o sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pediu, nesta semana, para que o hacker cumpra sua pena em regime semiaberto. Ele está encarcerado

no Presídio de Tremembé (SP) há dois anos.

Como a pena de Delgatti é de oito anos e três meses de detenção, a defesa argumenta que ele já cumpriu 20% do tempo previsto e teria direito à progressão. Além de detenção, ele e Zambelli também foram condenados a pagar

R\$ 2 milhões por danos materiais e morais coletivos. O hacker foi preso preventivamente em agosto de 2023, sob suspeita de ter invadido o sistema do CNJ e inserido documentos falsos no ambiente, dentre eles, uma ordem de prisão para o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal

Federal (STF).

A defesa do acusado afirma que ele foi “iludido” por promessas feitas por Zambelli, que seria a “mentora intelectual” do plano. Os advogados da deputada, por sua vez, acusam o hacker de ser mentiroso compulsivo e mitomaniaco, alegando que Zambelli nunca teve

relação com Delgatti. Desde que recebeu a condenação, a deputada deixou o país rumo à Itália com o objetivo de evitar a prisão. Ela teve seu nome inserido na lista de difusão vermelha da Interpol e é considerada foragida.

Delgatti ficou conhecido por hackear trocas de mensagens do

ex-juiz da Operação Lava-Jato Sergio Moro e do ex-procurador da República e deputado cassado Deltan Dallagnol. Ele repassou o conteúdo das mensagens entre os dois ao jornalista Glenn Greenwald. O caso ficou conhecido como “Vaza Jato”. (**Agência Estado**)